

DSOT



Gestão de Ativos

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo
A/C da Chefe de Divisão de Ordenamento do
Território Marta Aleixo de Alvarenga

Rua Alexandre Herculano, 37
1250-009 LISBOA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
S11997-201808-DSOT/DOT 16.05.05.02.000006.1999	14/08/2018	REN - 6270/2018 GA-PJ	04/09/2018

Assunto: Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Ferreira do Zêzere - Pº
16.05.05.02.000006.1999. Parecer relativo à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade
(RNT).

Registada com Aviso de Receção

Exmos. Senhores,

Em resposta ao vosso ofício identificado em epígrafe, cujo teor registámos e mereceu a nossa melhor atenção, informamos que, de acordo com a legislação em vigor, a REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. é a concessionária da RNT em regime de serviço público. A RNT é constituída pelas linhas e subestações de tensão superior a 110 kV, as interligações, as instalações para operação da Rede e a Rede de Telecomunicações de Segurança.

Como concessionária da RNT compete designadamente à REN:

- Garantir a segurança de abastecimento de energia à rede da distribuição em termos de aumento da capacidade de oferta e da melhoria da qualidade de serviço;



REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.
Av. Estados Unidos da América, 55
1749-061 LISBOA
Telefone: (+351) 210 013 500 Fax: (+351) 210 013 310
Apartado 50316 - 1708-001 LISBOA

Capital Social: 586.758.993 euros
NIPC: 507 866 673
info.portal@ren.pt www.ren.pt



Pág.

2

- Garantir a integração da nova geração de energia (em particular a partir de fontes renováveis);
- Gerir a RNT nas vertentes de planeamento, projeto, construção, operação e manutenção;
- Planeamento da RNT por um período de 10 anos;
- Garantir o funcionamento dos mercados de energia (nomeadamente quanto às interligações).

No âmbito do planeamento da RNT acima referido, a REN elabora o Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de eletricidade (PDIRT), o qual é objeto de aprovação por parte do membro do Governo responsável pela área da Energia, onde estão apresentados, programados e justificados todos os projetos de desenvolvimento e modernização da rede, no território nacional continental, num horizonte de dez anos.

Decorre da legislação ambiental em vigor que os projetos da RNT são objeto de estudos e Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de que resulta a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental.

Concluída favoravelmente a AIA, os projetos da RNT são sujeitos a licenciamento em conformidade com o Regulamento de Licenças para as Instalações Elétricas no qual se procede ao controlo prévio da sua conformidade técnica e administrativa e, se favorável, dará lugar à emissão da respetiva licença de estabelecimento por parte da DGEG, condição para que a REN possa iniciar a fase de construção.

Durante o processo de licenciamento das infraestruturas da RNT são requeridas e constituídas servidões de utilidade pública (de acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 29/2006 atualizado pelo Decreto-Lei n.º 215-A/2012) sobre os imóveis necessários ao estabelecimento das infraestruturas da RNT. O Decreto-lei n.º 43335 de 19 de novembro, determina a existência de servidões de passagem para instalações de redes elétricas. Estas não implicam necessariamente uma expropriação, mas sim uma servidão de passagem com a correspondente indemnização pelas restrições ou perdas de uso do solo no presente e em futuro, continuando os terrenos na posse dos seus legítimos proprietários.

A constituição das servidões decorre igualmente do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26852, de 30 de julho de 1936, com as atualizações introduzidas pelos Decreto-lei n.º 446/76, Decreto-lei n.º 186/90 e Decreto Regulamentar n.º 38/90.



Pág.

3

A servidão de passagem associada às linhas da RNT consiste na reserva de espaço necessário à manutenção das distâncias de segurança aos diversos tipos de obstáculos (e.g. edifícios, solos, estradas, árvores), considerados os condutores das linhas nas condições definidas pelo Regulamento de Segurança de Linhas Aéreas de Alta Tensão (RSLEAT) a saber:

Obstáculos	150 kV	220 kV	400 kV
Solo	6,8	7,1	8
Árvores	3,1	3,7	5
Edifícios	4,2	4,7	6
Estradas	7,8	8,5	10,3
Vias-férreas não eletrificadas	7,8	8,5	10,3
Obstáculos diversos (Semáforos, iluminação pública)	3,2	3,7	5

Distâncias apresentadas em (m)

Como disposto no RSLEAT, está também definida uma zona de proteção da linha com uma largura máxima de quarenta e cinco metros centrada no seu eixo, na qual são condicionadas ou sujeitas a autorização prévia algumas atividades.

Relativamente ao concelho de Ferreira do Zêzere, existem as seguintes infraestruturas da RNT:

- a) Linha Bouça - Zêzere 1 a 150 kV;
- b) Linha Bouça - Zêzere 2 a 150 kV;
- c) Linha Penela - Zêzere a 220 kV.

Refere-se ainda que, no âmbito da revisão do Plano de Investimentos da RNT para o período 2018- 2027, não estão previstas novas infraestruturas da RNT que possam cruzar o concelho de Ferreira do Zêzere.

Relativamente ao processo de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere em concreto, constatamos que, após a análise realizada aos elementos que nos foram facultados através da ligação fornecida (http://ferreiradozezere.pt/cmhz/REVISAO_PDM_FZZ_PROC_FINAL.zip), é proposta a exclusão de algumas áreas de RAN e REN atualmente sobrepassadas pelas nossas linhas de transporte de eletricidade.

Nesse sentido e considerando que a desafetação em causa terá como objetivo a reclassificação do uso daqueles terrenos para lhes atribuir capacidade de edificação urbana, cumpre-nos alertar que de acordo com Decreto-Lei nº 11/2018, de 15 de fevereiro, designadamente no artigo 7º, não é permitida a



Pág.

4

construção de novas infraestruturas sensíveis com distâncias inferiores a 22,5 m do eixo das linhas elétricas, medidos na horizontal.

O mesmo diploma define como infraestruturas sensíveis: unidades de saúde e equiparados; quaisquer estabelecimentos de ensino ou afins, como creches ou jardins de infância; lares da terceira idade, asilos e afins; parques e zonas de recreio infantil; espaços, instalações e equipamentos desportivos; edifícios residenciais e moradias destinadas a residência permanente.

Face ao exposto e em conclusão, a REN - Rede Elétrica Nacional, S.A. emite parecer favorável à proposta de revisão de PDM de Ferreira do Zêzere condicionado às limitações de edificabilidade a menos de 22,5 metros do eixo das linhas elétricas, medidos na horizontal, impostas no art.º 7º do Decreto-Lei n.º 11/2018, de 15 de fevereiro.

Com os melhores cumprimentos,

Gestão de Ativos

Projeto

André Santos